

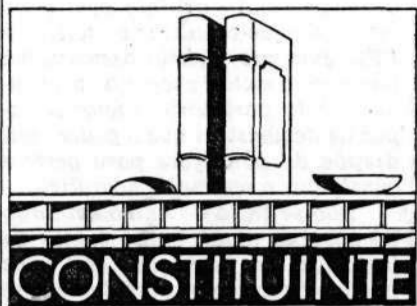
Igreja pede a fiéis apoio para emendas

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começará no domingo a coletar, por todo o País, assinaturas de apoio a sete projetos de emenda constitucional elaborados pela própria entidade. A informação foi dada ontem por d. Ivo Lorscheiter em seu programa de rádio semanal "Palavra do Pastor", transmitido de Santa Maria, sede de sua diocese. Lembrando o documento da 25ª Assembléia Geral da CNBB, realizada este ano em Itaipá, d. Ivo afirmou: "Se cruzarmos os braços, não teremos o direito de lamentar depois. Urge fazer algo, usando os espaços que estão à nossa disposição".

Para apresentar à Constituinte cada uma de suas emendas, a Igreja precisará coletar 30 mil assinaturas, trabalho que, no Rio Grande do Sul, começará a ser feito no domingo em todas as paróquias e dioceses. Segundo o ex-presidente da CNBB, será explicado ao povo, "em clima de

religiosa fé", a importância da Assembléia Nacional Constituinte e a necessidade de que a nova Carta seja elaborada "à luz das leis divinas". Nessa ocasião a Igreja terá a oportunidade de apresentar aos fiéis seus sete projetos.



Uma de suas propostas estabelece que "toda a organização da ordem econômica deve fundamentar-se no reconhecimento da primazia do trabalho sobre o capital". A CNBB pretende que a propriedade no campo esteja a serviço da coletividade: "Ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação so-

cial. O imóvel rural que não corresponder à obrigação social será arcaizado mediante a aplicação dos institutos da perda sumária e da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária".

Outra de suas sete emendas constitucionais determina a proibição do "aborto deliberado, da eutanásia e da tortura", além de tornar o casamento outra vez indissolúvel. As idéias da CNBB compreendem também os direitos e a defesa das populações indígenas, maneiras de o povo apresentar projetos de lei e a obrigatoriedade de o Estado oferecer ensino fundamental gratuito.

No seu programa, transmitido pela Rádio Medianeira, de propriedade da diocese de Santa Maria, d. Ivo Lorscheiter advertiu ser "difícil, nessas alturas, querer vaticinar qual é a Constituição que teremos. Mais importante é fazermos todos nossa parte, com lealdade e sinceridade de consciência, na séria e exclusiva preocupação pelo autêntico bem comum".



Alencar Monteiro — Telefoto Estado

Para Egydio, o importante mesmo é o sistema de governo

Centro quer corrigir o relatório de Egydio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O grupo "centro democrático" e outros constituintes que defendem o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney repetirão a mesma estratégia já utilizada na Subcomissão do Poder Executivo, para que seja excluído do parecer do relator Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), na comissão temática, o item das disposições transitórias que estabelece eleições presidenciais em 15 de novembro de 88. Desta forma, voltaria a prevalecer o mandato de cinco anos para todos os presidentes, incluindo o atual.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, manteve vários contatos com os defensores dos cinco anos, tese que, no entender de Genedaldo Correia (PMDB-BA) e do próprio Egydio Ferreira Lima, deverá prevalecer ao final dos trabalhos da Constituinte, juntamente com o regime parlamentarista, ficando o mandato de Sarney para ser decidido em plenário, sob a influência da conjuntura econômica e política do País naquela ocasião. Os defensores dos cinco anos para Sarney são maioria na comissão, reconhecida pelos que desejam a redução do mandato presidencial.

PARLAMENTARISMO

Para Genedaldo Correia e Egydio Ferreira Lima, contudo, mais im-

portante do que a fixação da duração do mandato é a definição do regime de governo, que acabará polarizando as atenções dos constituintes. A estratégia do "centro democrático" implica aproveitar a grande maioria dos defensores do parlamentarismo e, conseguida a aprovação daquele tipo de regime, optar pelos cinco anos de mandato, sem particularizar o atual. O deputado Albério Filho (PFL-MA), primo do presidente Sarney, está coordenando os entendimentos em favor dos cinco anos, como fez na Subcomissão do Poder Executivo. Na comissão temática, cálculos da liderança do governo indicam maioria de 36 votos a favor do mandato de cinco anos, num total de 63 integrantes, salvo alterações de última hora. São eles Agassiz Almeida, Albério Filho, Aloysio Teixeira, Carlos Vinagre, Expedito Machado, Francisco Amarel, Genedaldo Correia, Henrique Alves, Jorge Leite, Leopoldo Bessone, Leopoldo Perez, Manoel Ribeiro, Maurício Pádua, Plínio Martins e Rubem Branquinho, todos do PMDB. Do PFL, Alexandre Costa, Enoch Vieira, Erico Pegoraro, Hugo Napoleão, Humberto Souto, Jairo Carneiro, Jesualdo Cavalcanti, José Jorge, José Lourenço, Leur Lomanto, Lúcio Alcântara, Paes Landim, Ronaro Corrêa e Vinícius Cansanção. Do PDS, Bonifácio de Andrada, César Cals Neto, Henrique Córdova e Victor Faccioni. Do PDC, Paulo Roberto Cunha e, do PTB, Carlos Alberto e Farabulini Júnior.

Até o final da tarde de ontem, passavam de 200 a emendas apresentadas ao relatório de Egydio Ferreira Lima.

Ulysses recria voto de liderança

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As lideranças partidárias poderão substituir seus representantes nas comissões temáticas e na Comissão de Sistematização: esta foi a decisão anunciada ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao responder, em plenário, a uma questão de ordem formulada pelo deputado José Maria Eymael (PDC-SP).

Contra a decisão, protestaram, na hora, os deputados Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP), que a consideraram "absurda". A decisão permite aos líderes tirar das comissões todos os constituintes que, nas subcomissões, não tenham votado segundo o seu gosto. "A prevalecer isso — advertiu Gastone Righi —, três ou quatro líderes, sozinhos, vão poder fazer o projeto da futura Constituição. Além disso, a decisão destrutura a Constituinte. Um deputado que estudou a matéria, está pronto para dar o seu voto, de repente é pinçado da comissão, perde o seu direito de voto, para dar lugar a outro que já votou em outra subcomissão e que vai, portanto, votar duas vezes."

Ulysses Guimarães fundamentou sua decisão com base na prática seguida nas comissões da Câmara dos Deputados. As lideranças só não

podem substituir seus representantes no curso de uma reunião, para evitar a repetição do caso Márcio Moreira Alves (quando a liderança governista chegou a substituir alguns de seus representantes no momento em que falavam).

"Se essa decisão prevalecer e houver substituições — advertiu o líder do PTB — vai haver muita confusão e muito barulho porque os próprios substituídos, se o forem contra a vontade, vão reagir."

Ulysses Guimarães, em resposta à questão de ordem formulada pela deputada Irma Passoni (PT-SP), disse que as comissões também já fo-



Alencar Monteiro

Ulysses, mais força à liderança

Constituintes agora estão pessimistas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Parlamentares de diversos partidos, depois de passar o final de semana em suas respectivas bases, retornaram a Brasília e aos trabalhos da Constituinte bastante pessimistas, além de preocupados com o que viram e ouviram nos Estados, onde o clima é de ceticismo pelo agravamento da crise sócio-econômica.

Ontem, em Brasília, entre muitos, os deputados paulistas Maluly Neto (PFL) e José Maria Eymael (PDC) contaram o que sentiram em viagens a Mirandópolis e Tatuí, respectivamente. "Os amigos estão desesperançados e nos criticando pela inércia. Estão nos cobrando. Achem que a Constituinte não está resolvendo nada", disse Maluly. Eymael informou que na região de Tatuí já ocorreram suicídios de pequenos empresários causados pela crise.

Deputados de todos os partidos comentaram que, se o governo Sarney não definir seus planos econômicos, concretos e urgentemente, a situação sairá do controle. Um dos mais importantes parlamentares do PDS disse a líderes e dirigentes do partido que, nas conversas informais, dentro e fora do Congresso, só se fala em eleições presidenciais no primeiro trimestre de 1988 — se a crise econômica não for controlada.

O mesmo parlamentar defende mandato de seis anos para Sarney, mas admite que o quadro, se agravando a cada dia, provocará reações de todos os segmentos sociais, forçando a Constituinte a discutir eleições presidenciais 120 dias após a promulgação da nova Constituição.

O líder do PDS na Câmara, Amaral Neto, que mantém contatos com autoridades importantes da Nova República, afirmou, ontem, que seu partido estaria disposto a evitar o caos, desde que o governo Sarney queira ser ajudado. O deputado garantiu que o PDS aceita discutir medidas capazes de controlar a crise econômico-financeira. Para isso, observou, seria indispensável que o governo tivesse um plano concreto, objetivo, consequente, para ser examinado pelo partido. "Se o presidente da República colocar as cartas em cima da mesa, dizendo o que quer e o que pretende fazer, podemos discutir a situação", disse Amaral Neto.

O parlamentar faz distinção entre situações — a luta entre governo e oposição na Constituinte e o conflito ideológico. Para Amaral Neto, o conflito ideológico, ou o confronto, ocorreria com a eventual eleição de Leonel Brizola a presidente da República. Por isso, ele considera que todo o esforço deve ser feito "para evitar o caos".

Vem aí o "rolo antiestatizante"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) promete que "o rolo compressor antiestatizante" vai voltar a funcionar, com êxito, durante a votação pelos constituintes, no próximo final de semana, do anteprojeto da Ordem Econômica. E até arrisca o resultado final: 39 votos contra 24. Ou seja, a soma dos 12 votos da Subcomissão Agrária, 12 da Subcomissão da Questão Urbana e 15 da Subcomissão de Princípios Gerais.

Cardoso Alves, que liderou a votação contra o estabelecimento de limites máximos para a propriedade rural e contra a desapropriação sumária sem recurso ao Judiciário, pretende, agora, derrubar os relatores

da Subcomissão da Questão Urbana e da Subcomissão de Princípios Gerais. A estratégia é impedi-los de participar da Comissão de Sistematização, na próxima etapa da Assembléia Nacional Constituinte.

A tática do "rolo compressor" será baseada na apresentação de substitutivos aos capítulos das três subcomissões fundidos pelo relator da Comissão, senador Severo Gomes (PMDB-SP). Acordo nesse sentido foi firmado pela maioria do grupo antiestatizante, reunido para um almoço, ontem. Cardoso Alves pretende, ainda, impedir que Ulysses Guimarães volte atrás e venha a impedir a apresentação de substitutivo.

Ulysses já havia permitido, como presidente da Constituinte, que fosse apresentado substitutivo durante a votação da questão agrária, embora isso contrarie frontalmente o Regimento Interno. Outro temor do grupo liderado por Cardoso é o de serem

neutralizados pela cúpula do PMDB, através da substituição de membros das comissões, para obter maioria à aprovação de anteprojetos fiéis à orientação programática do partido.

Referindo-se aos estatizantes, o deputado Cardoso Alves afirmou: "Eles têm que entender que a propriedade é do cidadão, e não do Estado; e que o Estado só deve interferir na economia para suprir algumas deficiências, e por tempo determinado, ou para garantir o bem comum da exploração do sistema de energia, do petróleo".

Já o deputado Afif Domingos (PL-SP), que coordena o grupo antiestatizante na Subcomissão de Princípios Gerais, considera que ainda há tempo para negociar com o relator Severo Gomes. Mas avisa que não vai acatar conceitos xenófobos para empresa nacional e para mecanismos de controle ao capital estrangeiro.

A briga entre regiões já começou

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A briga entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul pelo fundo de participação dos Estados dos Estados vai esquentar hoje, a partir da apresentação de uma emenda ao substitutivo do relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Assembléia Constituinte, deputado José Serra (PMDB-SP), patrocinada pela bancada nordestina na comissão.

Os parlamentares do Nordeste prometem trazer a Brasília os governadores Miguel Arraes, Waldyr Pires

e Tasso Jereissati, para comandarem a luta pela emenda, que prevê a destinação de 17% da arrecadação total do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para as regiões Norte-Nordeste, contra 6% do mesmo bolo para o Centro-Sul e o Centro-Oeste (esses 23% da arrecadação formarão o FPE). Eles querem opor os governadores dos maiores Estados nordestinos a Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Wellington Moreira Franco, do Rio de Janeiro.

A emenda do Nordeste vai servir, na verdade, para marcar posição contra o substitutivo de Serra, que reduziu a parcela destinada exclusivamente aos Estados de renda per capita inferior à renda nacional a

20% do FPE. A proposta original da subcomissão previa que todo o FPE seria destinado aos Estados com renda menor que a nacional, o que provocou a reação dos três dos excluídos — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro. A mudança introduzida por Serra no substitutivo, por outro lado, desagradou aos nordestinos, que esperam abrir agora uma negociação para chegar a uma proposta mais aceitável, já no novo substitutivo de Serra.

"Se o novo substitutivo não agrada, vamos para a votação", afirma o deputado balano Benito Gama que assina a emenda dos nordestinos. Eles contam com o apoio dos deputados do Norte e do Centro-Oeste, além do Espírito Santo, para conseguir a maioria dos 63 votos da comissão.

Constituinte acata sugestão dos cidadãos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As três primeiras emendas apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte por grupos de cidadãos não foram encaminhadas à Comissão de Sistematização, mas recebidas apenas como sugestões, porque não se enquadravam nos dispositivos do regimento interno, que exige o mínimo de trinta mil signatários devidamente identificados pelo nome, endereço e título de eleitor com especificação do número, seção e zona eleitoral, além do apoio de pelo menos três entidades de classe reconhecidas oficialmente.

Foi justamente a falta de identificação do endereço e dos dados do título de eleitor o principal motivo para que uma proposta com um milhão e duzentas mil assinaturas não fosse aceita pela secretaria-geral da Mesa como proposta de emenda à Constituinte. Essa emenda, acatada como sugestão, procura proteger a criança na futura Constituição e recolheu assinaturas em várias partes do País.

Para evitar que novas propostas de emenda incorram no mesmo erro, a Mesa da Constituinte tem procurado divulgar, principalmente através do programa Diário da Constituinte, as exigências regimentais para que o cidadão possa participar mais ativamente da elaboração da nova Carta. O primeiro esclarecimento é que as emendas do cidadão só devem ser apresentadas quando o primeiro projeto, a ser elaborado até 15 de julho pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, estiver pronto e for a plenário. O segundo, é a necessidade de nome legível, endereço e dados do título de eleitor.

O prazo de trinta dias para que o cidadão possa apresentar emendas à Constituinte começará provavelmente no dia 17 de julho, (terminando, portanto, dia 18 de agosto) caso o relator, Bernardo Cabral consiga entregar dentro do prazo o primeiro anteprojeto da nova Constituição para discussão e votação pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

As duas outras propostas recolhidas como sugestão são da Bahia, pedindo a criação de uma delegacia de defesa dos direitos do cidadão, e de São Paulo, do Sindicato dos Artistas, pedindo a proibição de qualquer tipo de censura.

Evangélicos lutam contra 'aberração'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantia do Homem e da Mulher, chegou ontem a invocar a Bíblia para os deputados que são pastores evangélicos terem mais amor em relação aos homossexuais e os reconhecerem como pessoas. O grupo evangélico se opõe com veemência ao dispositivo do anteprojeto de Bisol que trata de orientação sexual.

A discussão começou com o deputado Costa Ferreira (PFL-MA), inconformado com a "aberração constitucional" de os homossexuais pretenderem direitos para "se beijar em público" e simular casamentos até em cartórios. "Isso é falta de respeito e de pudor", disse o deputado liberal, condenando o grupo homossexual Triângulo Rosa por ter levado à Constituinte sugestão "tão espúria".

Também evangélico, o deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), apoiou o ponto de vista de Costa Ferreira, mas foi um pouco além: disse que a Aids é uma maldição resultante do desvio do sexo. O deputado José Genoíno (PT-SP) interveio em

defesa dos homossexuais. Classificando-se não como evangélico, mas como "socialista militante", e dizendo-se partidário da liberdade de religião, Genoíno acentuou que a Constituição deve garantir liberdade para todos.

A discussão chegou ao ponto máximo quando dois evangélicos do PDT do Rio passaram a discutir. Lysáneas Maciel defendia o anteprojeto

de Bisol, argumentando que o senador gaúcho não defende a legalização do aborto ou o homossexualismo. João de Deus o interrompeu, acusando-o de falso evangélico. Irritado e gritando, Lysáneas não concebeu aparte do colega de partido e ainda o chamou de delegado João de Deus, lembrando de sua atividade anterior. Ao tomar a palavra, João condenou "a minoria depravada" dos homossexuais, esclarecendo: "Estamos defendendo a família, e este é o nosso papel."

A reação de José Paulo Bisol encerrou a discussão: "Eu estou entre os que não excluem os homossexuais da humanidade". E explicou o que quis dizer com tratamento igual para todos, destacando que tanto homossexuais quanto heterossexuais estariam sujeitos às mesmas penalidades se atentassem contra o pudor.

Entretanto, não só a maioria dos evangélicos está contra o anteprojeto de Bisol. O líder do PFL, José Lourenço (BA), anunciou ontem que vai procurar o líder peemedebista, Mário Covas. "Fiz um primeiro balanço e cheguei à conclusão de que temos alguns problemas na Comissão de Soberania, porque o relatório do Bisol saiu muito mais da cabeça dele que dos sub-relatores, e na de Ordem Social. O líder liberal considero, contudo, que mais difícil será resolver a questão desta última comissão, não na de Bisol."

6 06 87 Bisol quer minorias amadas